



*Poder Judiciário*  
*Conselho da Justiça Federal*

PORTARIA Nº 053, DE 28 DE MAIO DE 2008.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2008, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro **HUMBERTO GOMES DE BARROS**  
Presidente

**ANEXO**  
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2007 A ABRIL DE 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)</b>	<b>6.444.840</b>	<b>139.892</b>	<b>6.584.732</b>
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>5.913.243</b>	<b>136.689</b>	<b>6.049.931</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.447	0	1.447
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	2.077.568	116.512	2.194.080
Demais Despesas com Pessoal Ativo	3.834.227	20.176	3.854.404
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>531.597</b>	<b>3.203</b>	<b>534.800</b>
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>2.800.505</b>	<b>132.847</b>	<b>2.933.352</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	57	0	57
Decorrentes de Decisão Judicial	2.074.785	116.512	2.191.297
Despesas de Exercícios Anteriores	200.854	14.335	215.190
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	524.809	2.000	526.808
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>3.644.334</b>	<b>7.045</b>	<b>3.651.379</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>413.867.577</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(IV) / (V) x 100]</b>	<b>0,880556%</b>	<b>0,001702%</b>	<b>0,882258%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>1,631968%</b>		<b>6.754.186</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>1,550370%</b>		<b>6.416.477</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Notas:**

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Nas despesas com pessoal ativo estão computadas R\$ 2.194.080.336,90 (dois bilhões, cento e noventa e quatro milhões, oitenta mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa centavos) referentes a Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta;

3) Nas despesas com pessoal inativo estão computadas R\$ 1.571.550,95 (hum milhão, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos) com sentenças judiciais de Inativos e Pensionistas do próprio Órgão.

GETÚLIO CAIXETA DE SOUZA FERREIRA  
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

MARILENE NUNES DA SILVA  
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

JOSÉ ROBERTO RESENDE  
SECRETÁRIO-GERAL